

Solar Irecê 3 S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Solar Irecê 3 S.A.
João Dourado - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Solar Irecê 3 S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Solar Irecê 3 S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de abril de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PE



Matheus Mezer Maia
Contador
CRC nº 1 CE 027557/O-4

SOLAR IRECÊ 3 S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.028	42.584
Impostos a recuperar		94	-
Despesas antecipadas		490	198
Total do ativo circulante		<u>8.612</u>	<u>42.782</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	4	211.507	140.516
Direito de uso	5	1.023	1.616
Total ativo não circulante		<u>212.530</u>	<u>142.132</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>221.142</u></u>	<u><u>184.914</u></u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	6	9.745	22.509
Obrigações tributárias	7	418	1.183
Partes relacionadas	8	506	328
Arrendamentos a pagar	9	83	6
Empréstimos e financiamentos	10	15.401	-
Total do passivo circulante		<u>26.153</u>	<u>24.026</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	162.359	136.317
Arrendamentos a pagar	9	1.601	2.000
Total do passivo não circulante		<u>163.960</u>	<u>138.317</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	42.152	25.882
Prejuízos acumulados		(10.153)	(5.116)
Ajuste acumulado de conversão		(970)	1.805
Total do patrimônio líquido		<u>31.029</u>	<u>22.571</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>221.142</u></u>	<u><u>184.914</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLAR IRECÊ 3 S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	12	9.241	-
Custo da energia vendida	13	(11.293)	-
Prejuízo bruto		<u>(2.052)</u>	<u>-</u>
Despesas/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	<u>(190)</u>	<u>(781)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(190)</u>	<u>(781)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(2.242)</u>	<u>(781)</u>
Resultado financeiro líquido	15	(2.119)	(2.091)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(4.361)</u>	<u>(2.872)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(676)	(275)
Prejuízo do exercício		<u>(5.037)</u>	<u>(3.147)</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil de ações		(0,1093)	(0,1368)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLAR IRECÊ 3 S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(5.037)	(3.147)
Itens que não poderão ser reclassificados para o resultado:		
Outros resultados abrangentes		
Ajuste acumulado de conversão	(2.775)	1.805
Resultado abrangente do exercício	<u>(7.812)</u>	<u>(1.342)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLAR IRECÊ 3 S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Ajuste acumulado de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total patrimônio líquido</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.303	755	-	(1.969)	89
Capital social integralizado	11	24.579	(755)	-	-	23.824
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	1.805	-	1.805
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.147)	(3.147)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>25.882</u>	<u>-</u>	<u>1.805</u>	<u>(5.116)</u>	<u>22.571</u>
Capital social integralizado	11	16.270	-	-	-	16.270
Ajuste acumulado de conversão		-	-	(2.775)	-	(2.775)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5.037)	(5.037)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		<u>42.152</u>	<u>-</u>	<u>(970)</u>	<u>(10.153)</u>	<u>31.029</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLAR IRECÊ 3 S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(5.037)	(3.147)
Ajustes por:			
Depreciação	13 e 20	766	-
Amortização de direito de uso	5 e 14	6	22
Resultado financeiro líquido	15	2.119	2.091
		<u>(2.146)</u>	<u>(1.034)</u>
(Aumento) redução dos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(94)	-
Outros ativos		(292)	(178)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(12.764)	(70)
Obrigações tributárias		(409)	1.115
Partes relacionadas		178	302
Imposto de renda e contribuição social pagos		(356)	(22)
Rendimento de aplicações financeiras recebidos	15	1.174	749
		<u>(12.563)</u>	<u>1.854</u>
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais		<u>(14.709)</u>	<u>820</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	20	<u>(83.949)</u>	<u>(105.760)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(83.949)</u>	<u>(105.760)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital social	11	16.270	23.824
Pagamento principal de arrendamento	9	(6)	(6)
Captação de empréstimos e financiamentos	10 e 20	49.165	130.144
Pagamento dos custos na emissão dos empréstimos	10 e 20	<u>(3.018)</u>	<u>(5.890)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>62.411</u>	<u>148.072</u>
Efeito dos ajustes acumulados de conversão sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa		1.691	(630)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(34.556)</u>	<u>42.502</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	42.584	82
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	8.028	42.584
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(34.556)</u>	<u>42.502</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLAR IRECÊ 3 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Solar Irecê 3 S.A. (“Companhia” e/ou “Solar 3”), situada na Fazenda Uberlândia, s/n, Povoado Alegre, cidade de João Dourado, Estado da Bahia, foi constituída em 15 de julho de 2016.

A Companhia tem por objetivo a geração de energia solar com capacidade de geração de 72,46MWp, cuja energia é comercializada no mercado livre de energia para suprir a demanda da Refinaria de Mataripe S.A., através do Contrato Bilateral de Autoprodução celebrado em 31 de outubro de 2023. O projeto iniciou sua construção no 2º semestre de 2024, e o início da operação comercial ocorreu em 9 de dezembro de 2025. A companhia possui autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para explorar a Usina Fotovoltaica - UFV por trinta e cinco anos a partir da data da outorga, que ocorreu em 3 de março de 2020.

A Companhia é controlada pela Irecê H1 Participações S.A. que detém 100% das ações.

1.1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional e concluiu que a Companhia possui recursos suficientes para manter suas operações e cumprir suas obrigações conforme os vencimentos contratados.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para a sua continuidade operacional no futuro próximo, considerando os principais elementos de sua gestão de caixa abaixo descritos. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em dezembro de 2025, encontrando-se, portanto, em fase inicial de operação de seu parque de geração de energia solar. Em decorrência desse estágio, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo e margem bruta negativa, reflexo natural dos custos fixos operacionais ainda não diluídos pela plena capacidade de geração e comercialização de energia. A administração avalia que tais indicadores não comprometem a continuidade operacional da Companhia, uma vez que a estrutura de financiamento de longo prazo encontra-se adequada ao perfil do negócio e o incremento gradual da geração tende a normalizar os indicadores econômico-financeiros ao longo dos próximos exercícios. As demonstrações financeiras foram, portanto, elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A administração está ciente dessas condições e, com vistas a assegurar a continuidade operacional da Companhia, já adotou e planeja adotar as seguintes ações:

- Em 27 de janeiro de 2026, ocorreram liberações de recursos pelo BNDES no montante de R\$11.265, as quais contribuirão para a recomposição do capital de giro. Tais eventos estão descritos na Nota Explicativa nº 21 – Eventos subsequentes.
- Integralização de capital junto aos acionistas no montante de R\$1.887 previsto para 13 maio de 2026.
- Pleitear a liberação do saldo remanescente de empréstimos e financiamentos no montante de R\$2.249 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Além disso, cabe ressaltar que, por sua natureza contábil, o capital circulante líquido não contempla as receitas operacionais futuras da Companhia, ao passo que os passivos circulantes já incluem parcela relevante de seus custos, representada pelas obrigações vincendas no exercício decorrentes do serviço de financiamento. Dessa forma, a análise isolada do capital circulante líquido não reflete adequadamente a capacidade de geração de caixa da Companhia, que iniciou suas operações comerciais em dezembro de 2025 e passará a gerar receitas recorrentes a partir da comercialização de energia ao longo do ano de 2026.

A Administração entende que as medidas acima, em conjunto com as demais ações em curso, são suficientes para suportar a continuidade operacional da Companhia no futuro previsível, não havendo, na data de aprovação destas demonstrações financeiras, intenção ou necessidade de liquidação ou de cessação de suas operações.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e em conformidade com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. (IAS 1 - Presentation of Financial Statements).

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e concluíram que elas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 30 de abril de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o US\$ - Dólar americano, que reflete a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera.

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, como moeda de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

I) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros.

II) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

c) Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.6. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do exercício foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro Presumido.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments), a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

2.7. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.8. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9. Provisão para perda do valor recuperável de ativos

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Para o ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, ele é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

2.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia está representado por caixa e equivalentes de caixa.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão representados por fornecedores, arrendamentos e empréstimos e financiamentos.

2.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.12. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota explicativa nº 2.9.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa como taxa de juros 8,48% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 30 anos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

2.13. Custo de empréstimos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

2.14. Receitas

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15 – Revenue from contract with customers). As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange à geração de energia, que a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

2.15. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 (CPC 51). A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Conta corrente	6.372	50
Aplicações financeiras	<u>1.656</u>	<u>42.534</u>
	<u>8.028</u>	<u>42.584</u>

As aplicações correspondem a aplicações em renda fixa automáticas vinculadas a conta corrente e com liquidez diária. São consideradas instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remuneradas, em média, a 96,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100% em 31 de dezembro de 2024).

4. IMOBILIZADO

As variações do ativo imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada na tabela abaixo:

	Ativos em construção	UFV Solar Irecê 3	Total
Taxa de depreciação anual (%)		4,01%	
Custo acumulado	557	-	557
Depreciação acumulada	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	557	-	557
Adições	129.971	-	129.971
Depreciação	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	9.988	-	9.988
Saldo em 31 de dezembro de 2024	140.516	-	140.516
Custo acumulado	130.528	-	130.528
Depreciação acumulada	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	9.988	-	9.988
Saldo em 31 de dezembro de 2024	140.516	-	140.516
Adições	93.844	-	93.844
Reclassificação	(224.372)	224.372	-
Depreciação	-	(766)	(766)
Ajuste acumulado de conversão	(9.988)	(12.099)	(22.087)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	211.507	211.507
Custo acumulado	-	224.372	224.372
Depreciação acumulada	-	(766)	(766)
Ajuste acumulado de conversão	-	(12.099)	(12.099)

Todos os equipamentos de módulos, inversores e “trackers” adquiridos com recurso do financiamento do BNDES para a construção do parque solar foram cedidos em garantia para o empréstimo assumido pela Companhia (vide nota explicativa nº 10). A Companhia não tem permissão para ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos nem para vendê-los para outra entidade.

Em 31 de dezembro de 2025 a Administração efetuou uma avaliação dos indicativos de “impairment” para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos (“IAS 36 Impairment of assets”) e não identificou indícios de desvalorização.

5. DIREITO DE USO

Os valores relativos a direito de uso registrados no ativo são oriundos do contrato de arrendamento do terreno onde está implantado o empreendimento de minigeração de energia fotovoltaica da Companhia. Trata-se de 1 contrato celebrado por um período de 65 anos iniciando em 2016. A divulgação das informações sobre as obrigações assumidas oriundas deste contrato está detalhada na nota explicativa nº 9.

A movimentação do direito de uso dos ativos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está demonstrada abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo em 1º de janeiro	1.616	934
Remensuração	(414)	389
Amortização	(6)	(22)
Ajuste acumulado de conversão	<u>(173)</u>	<u>315</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>1.023</u></u>	<u><u>1.616</u></u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não apurou despesas referentes a arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

6. FORNECEDORES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	<u>9.745</u>	<u>22.509</u>
	<u>9.745</u>	<u>22.509</u>

Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

7. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ a recolher	182	161
CSLL a recolher	105	74
PIS a recolher	22	-
COFINS a recolher	88	-
INSS retido a recolher	11	563
ISS retido a recolher	5	365
IRRF retido a recolher	-	12
CSRF retido a recolher	<u>5</u>	<u>8</u>
	<u>418</u>	<u>1.183</u>

8. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo Circulante		
Solar Irecê S.A.	<u>506</u>	<u>328</u>
	<u>506</u>	<u>328</u>

A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Refere-se a valores a pagar decorrentes do compartilhamento de seguro de risco de engenharia, de acordo com as condições específicas estipuladas entre as partes

Transações com partes relacionadas

Durante o exercício, a companhia realizou a seguinte transação comercial com partes relacionadas:

	Venda de energia fotovoltaica	
	2025	2024
	7.945	-
Refinaria de Mataripe S.A. (a)	7.945	-

Refere-se à venda de energia solar fotovoltaica cujos preços e condições comerciais são estabelecidos por meio de Contrato de Compra e Venda de Energia (Power Purchase Agreement - PPA). Não há saldos de contar a receber em aberto em 31 de dezembro de 2025 referente a essas transações.

9. ARRENDAMENTOS A PAGAR

Os valores relativos a passivos de arrendamento são oriundos das obrigações assumidas com 1 contrato de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 65 anos iniciando em 2016.

Os arrendamentos foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na nota explicativa nº 2.12, com taxa de juros 8,48% a.a. (8,48% a.a. em 2024) com prazo de vencimento do contrato de aluguel de 65 anos, iniciado em 2016.

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	2.006	1.423
Remensuração	(414)	389
Pagamentos	(6)	(6)
Juros	101	133
Variação cambial	218	(350)
Ajuste acumulado de conversão	(221)	417
Saldo em 31 de dezembro	1.684	2.006

O cronograma de pagamento sobre o passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 é conforme detalhado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	37
2026	138	161
2027	138	136
2028	138	136
2029	138	136
2030	138	-
A partir de 2030	7.091	7.177
Total	7.781	7.783
Juros a apropriar	(6.097)	(5.777)
Passivo circulante	83	6
Passivo não circulante	1.601	2.000

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia firmou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - (“BNDES”), em julho de 2024, no montante de R\$188.325, atualizados por taxa fixa de 2,28% a.a. mais a Taxa fixa do BNDES – TFB, representando um financiamento de 240 meses, com vencimento do contrato em janeiro de 2046. O recurso foi utilizado para implantação do Parque Solar. Os desembolsos do BNDES ocorreram conforme detalhado abaixo:

Tranches	Desembolso	Data
1ª tranche	47.359	24/09/2024
2ª tranche	82.715	26/11/2024
3ª tranche	20.499	22/04/2025
4ª tranche	25.247	08/07/2025
5ª tranche	3.489	16/11/2025
Total	<u>179.309</u>	

O restante será desembolsado até 31 de dezembro de 2026, conforme cronograma de investimentos.

O contrato de financiamento possui cláusulas de garantias de proteção, para assegurar o pagamento de obrigações junto ao BNDES. Essas garantias envolvem os direitos creditórios, penhor de máquinas e equipamentos, fiança bancária, e as ações de titularidade da Acionista.

O contrato de financiamento está sujeito a cláusulas restritivas financeiras e não financeiras que são usuais em operações dessa natureza. Os “covenants” possuem periodicidades distintas de mensuração e a Administração os analisa conforme os termos previstos nos contratos.

Em 31 de dezembro de 2025, com base nas interpretações e nos julgamentos da Administração da Companhia a respeito das definições contidas no referido contrato, a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas restritivas exigidas que podem requerer o seu vencimento antecipado.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos e a composição é apresentada como segue:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	136.317	-
Captações	49.165	130.144
Juros incorridos	10.752	1.432
Custos de transação a amortizar	(3.018)	(5.890)
Custos de transação amortizados	336	79
Ajuste acumulado de conversão	(15.792)	10.552
Saldo em 31 de dezembro	<u>177.760</u>	<u>136.317</u>
Passivo circulante	15.401	-
Passivo não circulante	162.359	136.317

O cronograma de amortização dos juros e do principal a longo prazo em 31 de dezembro de 2025 é conforme detalhado abaixo:

	Principal	Juros	Total
2027	13.013	16.480	29.493
2028	12.843	16.419	29.262
2029	9.569	12.689	22.258
2030	12.281	17.046	29.327
2031	11.940	17.437	29.377
Após 2031	<u>102.713</u>	<u>264.996</u>	<u>367.709</u>
Total	<u>162.359</u>	<u>345.067</u>	<u>507.426</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito é de R\$51.000, dividido em 51.000.000 ações ordinárias nominativas, sendo que R\$42.152 já foram integralizados, restando R\$8.848 a integralizar (Em 31 de dezembro de 2024 R\$35.000 o capital social subscrito e R\$9.119 a integralizar).

Em 31 de dezembro de 2025

Acionista	Número de ações ordinárias	% do capital da companhia
Irecê H1 Participações S.A.	51.000.000	100%
	51.000.000	100%

Em 31 de dezembro de 2024

Acionista	Número de ações ordinárias	% do capital da companhia
Irecê H1 Participações S.A.	35.000.000	100%
	35.000.000	100%

Movimentação do capital social

A movimentação do Capital Social da Companhia ocorreu conforme eventos relatados abaixo:

- Em 7 de maio de 2024, o acionista realizou um aumento de capital subscrito de R\$1.340 dividido em 1.339.882 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00, integralizado nesta data, pela conversão em capital social da integralidade dos adiantamentos para futuros aumentos de capital (“AFAC”) no valor de R\$755 em 2023 e R\$585 pelo aporte de capital.
- Em 10 de maio de 2024, o acionista realizou um aumento de capital subscrito de R\$32.358 dividido em 32.357.333 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00, tendo sido integralizado R\$23.239 realizado durante 2024.
- Em 22 de abril de 2025, o acionista realizou um aumento de capital subscrito de R\$16.000 dividido em 16.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00.
- Ao longo de 2025, o acionista realizou as integralizações de capital no montante de R\$16.270, sendo que R\$9.118 se refere as subscrições realizadas em 2024, e R\$7.152 se refere a subscrição realizada em 2025.

Remuneração dos administradores

A Administração da Companhia é exercida pelos mesmos administradores que atuam nas demais entidades do grupo econômico. A remuneração total do pessoal-chave da administração no exercício foi de R\$1.044, integralmente suportada pela Solar Irecê S.A. e Irecê H1 Participações S.A., sem alocação de custos à Companhia. Não houve desembolso direto pela Companhia a título de remuneração dos administradores no exercício. A Companhia não possui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações destinados ao pessoal-chave da administração.

Prejuízo por ação

O prejuízo básico e diluído por ação ordinária está apresentado abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(5.037)	(3.147)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação (em lote de mil ações)	<u>46.090</u>	<u>23.009</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações	<u>(0,1093)</u>	<u>(0,1368)</u>

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Venda de energia fotovoltaica	9.594	-
(-) Dedução sobre venda de energia	(353)	-
	<u>9.241</u>	<u>-</u>

13. CUSTO DA ENERGIA VENDIDA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custo com energia comprada para revenda	(10.030)	-
Depreciação	(766)	-
Outros serviços	(497)	-
	<u>(11.293)</u>	<u>-</u>

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços de terceiros	(84)	(339)
Prêmios de seguro	(61)	(11)
Viagens e estadias	(22)	(27)
Impostos e taxas diversas	(17)	(216)
Amortização	(6)	(22)
Indenização por perdas e danos	-	(151)
Outras despesas administrativas	-	(15)
	<u>(190)</u>	<u>(781)</u>

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Receitas aplicação financeira	1.174	761
	<u>1.174</u>	<u>761</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos não capitalizados	(1.141)	(727)
Custo de transação sobre empréstimo não capitalizados	(33)	(34)
Juros sobre passivo de arrendamento	(101)	(135)
IOF sobre operações financeiras	(67)	(102)
Multa e juros	(56)	(54)
Tarifas bancárias	(5)	(16)
Outras despesas financeiras	-	(44)
	<u>(1.403)</u>	<u>(1.112)</u>
Varição cambial líquida		
Varição cambial sobre caixa e equivalente de caixa	1.700	(3.534)
Varição cambial sobre fornecedores	(3.176)	1.363
Varição cambial sobre outros ativos e passivos monetários	(414)	431
	<u>(1.890)</u>	<u>(1.740)</u>
Resultado financeiro líquido	(2.119)	(2.091)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O imposto de renda e contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação para o regime de tributação pelo lucro presumido:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IRPJ corrente	(470)	(199)
CSLL corrente	(206)	(76)
	<u>(676)</u>	<u>(275)</u>
Receita bruta sujeita ao percentual	9.594	-
Receitas financeiras	1.174	706
Base de cálculo IRPJ - Alíquota de presunção 8%	<u>766</u>	<u>-</u>
Base de cálculo CSLL - Alíquota de presunção 12%	1.152	-
IRPJ devido	470	199
CSLL devido	206	76
Alíquota efetiva (IRPJ e CSLL)	6,28%	38,95%

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

17. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, AMBIENTAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia não possuía riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável, possui processos cíveis com perda possível de R\$613 em 31 de dezembro de 2025 (R\$606 em 31 de dezembro de 2024).

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, GESTÃO DE CAPITAL E GESTÃO DOS RISCOS

Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros (“IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures”) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	Nota	2025 Valor contábil	2024 Valor contábil	Classificação	Nível
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.028 8.028	42.584 42.584	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros					
Fornecedores	6	9.745	22.509	Custo amortizado	-
Partes relacionadas	8	506	328	Custo amortizado	-
Arrendamento a pagar	9	1.684	2.006	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	10	177.760	136.317	Custo amortizado	-
		<u>189.695</u>	<u>161.160</u>		

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Gestão de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de “Compliance” e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de “Compliance” da companhia.

Os principais fatores de risco inerentes à Companhia podem ser assim identificados:

i) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

ii) Risco regulatório

A Companhia está sujeita a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva da Companhia.

iii) Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

iv) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do fluxo de caixa é responsabilidade da Administração da Companhia.

v) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro se alterem em função de variações nas taxas de juros de mercado. As obrigações financeiras da Companhia e de suas Controladas são contratadas a taxas prefixadas, o que elimina a exposição a variações nas taxas de juros de mercado e, conseqüentemente, não gera impacto nos fluxos de caixa futuros decorrente desse risco.

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

19. SEGUROS

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2025 estão abaixo apresentados:

Solar Irecê 3 S.A.	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Risco de engenharia	457.250	503	09/12/2025 até 09/06/2027
Risco de Obras Cíveis em Construção, Instalação e Montagem	20.000	7	09/12/2025 até 09/12/2026

20. INFORMAÇÕES PARA A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025

Descrição	31/12/2024	Movimentação de caixa	Depreciação	Custo de transação	Juros incorridos	Custo de empréstimos capitalizados	Ajuste de conversão de balanço	31/12/2025
Imobilizado	140.516	83.949	(766)	-	-	9.895	(22.087)	211.507
Empréstimos e financiamentos	142.689	49.165	-	-	10.752	-	(16.470)	186.136
Custo de transação de empréstimo	(6.372)	(3.018)	-	336	-	-	678	(8.376)

Em 31 de dezembro de 2024

Descrição	31/12/2023	Movimentação de caixa	Movimentação não caixa				Ajuste de conversão de balanço	31/12/2024
			Custo de transação	Juros incorridos	Excedente de juros e custo de transação	Provisão a pagar		
Imobilizado	557	105.760	-	-	750	23.461	9.988	140.516
Empréstimos e financiamentos	-	130.144	-	1.432	-	-	11.113	142.689
Custo de transação de empréstimo	-	(5.890)	79	-	-	-	(561)	(6.372)

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de janeiro de 2026, foi liberado o montante R\$11.265, referente a sexta tranche do financiamento junto ao BNDES, restando assim um montante de R\$2.249 a ser liberado conforme nota explicativa nº 10.